



Cosan Oito S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais.....	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados.....	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
1. Contexto operacional	17
1.1. Participação societária na Vale S.A.....	17
2. Declaração de conformidade e políticas contábeis.....	24
4. Ativos e passivos financeiros.....	26
4.1. Caixa e equivalentes de caixa.....	27
4.2. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito	28
4.3. Empréstimos, financiamentos	29
4.4. Instrumentos financeiros derivativos	31
4.5. Partes relacionadas	33
4.6. Mensuração de valor justo	33
4.7. Gestão de risco financeiro.....	35
5. Investimento em subsidiárias e associadas	39
6. Tributos a pagar	42
7. Imposto de renda e contribuição social.....	42
8. Patrimônio líquido	45
9. Outras receitas operacionais, líquidas	46
10. Resultado financeiro.....	47
11. Eventos subsequentes	48
12. Novas normas contábeis.....	49

Cosan Oito S.A.

Relatório da Administração

A Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 2023. O resultado é apresentado em Reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 2023 x 2022, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: www.cosan.com.br.

Mensagem do Presidente

O ano de 2023 foi de muitas realizações para a evolução estratégica da Companhia.

Realizamos um processo de gestão de dívidas na Cosan, com captações de recursos nos mercados local e internacional. Esse movimento nos permitiu estender o cronograma de amortização de dívidas para suportar o atual ciclo de investimentos do portfólio, assegurando custos mais competitivos.

Consolidamos, ao longo de 2023 e início de 2024, nossa exposição à Vale, aumentando a participação direta como consequência da liquidação antecipada da estrutura do collar financing. O objetivo desta execução foi capturarmos na integralidade os dividendos da Vale e, ao mesmo tempo, adequar a nossa estrutura de capital.

Nelson Gomes
CEO Cosan Oito

Relatório da Administração

Cosan Oito S.A. | 31 de dezembro de 2023



Resultados Anuais

Indicadores (em milhares de R\$)	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Var. % 2023 x 2022
EBITDA	1.478.632	26.541	n/a
FCO	(20.546)	(1.017)	n/a
FCI	1.935.095	(16.036.064)	(112,1%)
FCF	(1.542.703)	16.040.209	(109,6%)

Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de R\$)	2023 (jan-dez)	2022 (jan-dez)	Var. % 2023 x 2022
Despesas gerais e administrativas	(421)	-	n/a
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.282.978	26.541	n/a
Equivalência Patrimonial	96.075	-	n/a
Despesas financeiras	(3.852.619)	(49.257)	n/a
Receitas financeiras	8.465	3.393.096	(99,8%)
Variação cambial líquida	732.765	(825.027)	(188,8%)
Efeito líquido dos derivativos	772.740	(1.753.257)	(144,1%)
Imposto de renda e contribuição social	613.658	(269.313)	(327,9%)
Lucro líquido do exercício	(346.359)	522.783	(166,3%)

Proposta de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração propôs destinação do lucro líquido da seguinte forma: 5% reserva de capital de R\$ 17.326 mil, dividendos de R\$ 346.359 mil e o remanescente de R\$ 592.742 mil alocado para retenção de lucros/prejuízos. Tal destinação será submetida a aprovação na Assembleia Geral Ordinária, prevista a ser realizada em 17 de maio de 2024.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia possui uma Política de Contratação de serviços de Auditor independente e de Serviços de não auditoria com o objetivo de estabelecer as regras relativas à contratação de auditores independentes da Companhia e as diretrizes para aprovação de trabalhos a serem realizados pelo auditor independente. A Cosan Oito informa que utilizou os serviços de auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes Ltda.

A política está disponível em <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/>

Agradecimentos

A Administração da Cosan Oito agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2023, visite o site da Cosan: www.cosan.com.br.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cosan Oito S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Cosan Oito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosan Oito S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação nessas demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de abril de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis materiais utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2024.

Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	374.979	3.133
Títulos e valores mobiliários	4.2	25.002	—
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	96.764	716.586
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		89.756	11.464
Outros ativos		—	22.840
Ativo circulante		586.501	754.023
Títulos e valores mobiliários	4.2	—	19.586.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	344.345	4.987
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	555.073	760.153
Investimentos em subsidiárias e associadas	5	15.662.485	—
Ativo não circulante		16.561.903	20.351.332
Total do ativo		17.148.404	21.105.355

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balço patrimonial*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Outros tributos a pagar	6	254	171.035
Dividendos a pagar		—	124.161
Pagáveis a partes relacionadas	4.5	—	6.742
Outras contas a pagar		181	—
Passivo circulante		435	301.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.3	5.835.841	9.429.947
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	935.839	2.840.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	—	274.299
Passivo não circulante		6.771.680	12.544.790
Total do passivo		6.772.115	12.846.728
Patrimônio líquido	8		
Capital social		10.576.505	7.860.005
Reservas de capital		(17.326)	—
Ajuste de Avaliação Patrimonial		11.230	—
Reserva de (prejuízos) / lucros		(194.120)	398.622
Total do patrimônio líquido		10.376.289	8.258.627
Total do passivo e patrimônio líquido		17.148.404	21.105.355

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas gerais e administrativas		(421)	—
Outras receitas operacionais, líquidas	9	1.282.978	26.541
Resultado operacional		1.282.557	26.541
Resultado antes do resultado financeiro líquido		1.282.557	26.541
Equivalência patrimonial em associadas	5	96.075	—
Resultado de equivalência patrimonial		96.075	—
Despesas financeiras		(3.852.619)	(49.257)
Receitas financeiras		8.465	3.393.096
Variação cambial líquida		732.765	(825.027)
Efeito líquido dos derivativos		772.740	(1.753.257)
Resultado financeiro líquido	10	(2.338.649)	765.555
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(960.017)	792.096
Imposto de renda e contribuição social	7		
Diferido		613.658	(269.313)
		613.658	(269.313)
Resultado líquido do exercício		(346.359)	522.783

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	(346.359)	522.783
Outros resultados abrangentes - efeito reflexo de coligada		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.121	—
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	7.400	—
Perdas atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	(26.291)	—
	<u>11.230</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(335.129)</u>	<u>522.783</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reserva de lucros / (prejuízo)		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros/(prejuízo)		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	7.860.005	—	—	26.139	372.483	—	8.258.627
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	(346.359)	(346.359)
Outros resultados abrangentes - efeito reflexo de coligada:							
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	7.400	—	—	—	7.400
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	30.121	—	—	—	30.121
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	(26.291)	—	—	—	(26.291)
Total do resultado abrangente	—	—	11.230	—	—	(346.359)	(335.129)
Transações com acionistas da Companhia							
Contribuições e distribuições:							
Aumento de capital (nota 8 (a))	334.000	—	—	—	—	—	334.000
Transações com pagamento baseado em ações	—	(17.326)	—	—	—	—	(17.326)
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 8 (a))	2.382.500	—	—	—	—	—	2.382.500
Dividendos	—	—	—	—	(246.383)	—	(246.383)
Destinação de lucros	—	—	—	—	(346.359)	346.359	—
Total de contribuições e distribuições	2.716.500	(17.326)	—	—	(592.742)	346.359	2.452.791
Total de transações com acionistas da Companhia	2.716.500	(17.326)	—	—	(592.742)	346.359	2.452.791
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.576.505	(17.326)	11.230	26.139	(220.259)	—	10.376.289

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	5	—	—	—	5
Lucro líquido do exercício	—	—	—	522.783	522.783
Total do resultado abrangente	5	—	—	522.783	522.788
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					
Aumento de capital	7.860.000	—	—	—	7.860.000
Dividendos	—	—	—	(124.161)	(124.161)
Destinação para a reserva legal	—	26.139	—	(26.139)	—
Destinação de lucros	—	—	372.483	(372.483)	—
Total de contribuições e distribuições	7.860.000	26.139	372.483	(522.783)	7.735.839
Total de transações com acionistas da Companhia	7.860.000	26.139	372.483	(522.783)	7.735.839
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.860.005	26.139	372.483	—	8.258.627

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(960.017)	792.096
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5	(96.075)	—
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		2.385.026	(764.883)
Receita com dividendos de investimento financeiro		(1.284.647)	—
Outros		1.646	(32.493)
		45.933	(5.280)
Variação em:			
Outros tributos, líquidos		(60.786)	5.579
Imposto de renda e contribuição social		920	(1.811)
Partes relacionadas, líquidas		—	525
Outros ativos e passivos, líquidos		129	(30)
		(59.737)	4.263
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(13.804)	(1.017)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Venda (compra) de títulos e valores mobiliários		(70.244)	(16.036.064)
Recebimento pela venda de investimentos		699.929	—
Dividendos recebidos de investimento financeiro		1.305.410	—
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento		1.935.095	(16.036.064)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		—	8.569.660
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.3	(2.933.686)	—
Pagamento de juros sobre empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.3	(60.906)	—
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(424.192)	(389.451)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		116.981	—
Custos de operações bancárias com derivativos		(586.855)	—
Partes relacionadas		(6.742)	—
Recursos provenientes de aporte de capital	8	334.000	7.860.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	2.382.500	—
Dividendos pagos		(370.545)	—
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(1.549.445)	16.040.209
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		371.846	3.128
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.133	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		374.979	3.133

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Transferência de saldo de títulos e valores mobiliários para investimento em subsidiária referente as ações da Vale S.A no montante de R\$16.274.081.

Apresentação de juros e dividendos:

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cosan Oito S.A. (“Cosan Oito” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de agosto de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan S.A. (Cosan), sua controladora.

1.1. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA NA VALE S.A.

Durante o quarto trimestre do exercício de 2022, a Companhia concluiu a transação relacionada à aquisição de uma participação não controladora na Vale S.A. (“Vale”) que foi dividida em: a) ativos financeiros; b) dívidas contraídas; c) derivativos contratados. A Companhia registrou, inicialmente, sua participação acionária na Vale como ativo financeiro contabilizado pelo valor justo de acordo com a IFRS 9/CPC48.

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária da Vale, o diretor presidente da Cosan S.A., Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães (“Luis Henrique”), foi eleito membro do Conselho de Administração da Vale, e em 16 de maio de 2023 foi nomeado Coordenador do Comitê de Alocação de Capital e Projetos (“CACP”) e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração (“CPR”). A partir de 01 de janeiro de 2024 o Luis Henrique deixou a posição de diretor presidente da Cosan S.A, passando a fazer parte do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2023 a Companhia monitorou os fatores que poderiam indicar influência significativa na Vale. Em 30 de novembro de 2023, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan no Conselho da Vale foi capaz de participar dos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a considerar a Vale como uma empresa coligada com influência significativa, passando a registrar o investimento por equivalência patrimonial conforme CPC 18/IAS 28, tendo 4,85% de participação societária, e fechando o exercício com 4,65% de participação total em 31 de dezembro de 2023, após alienação de 0,21% de ações, conforme mencionado na nota 1.1 (b).

Com a obtenção de influência significativa, a Companhia adotou o *fair value approach* para mensuração do saldo de abertura do investimento em 01 de dezembro de 2023 gerando uma mais valia de valor justo no valor de R\$7.432.600, que foi alocado conforme demonstrado abaixo:

	Saldos em 1º de dezembro de 2023
Valor justo em 30 de novembro de 2023	16.274.081
Valor justo dos ativos e passivos da Vale conforme participação da Cosan ⁽ⁱ⁾	8.841.481
Valor disponível a ser alocado	7.432.600
Alocação⁽ⁱ⁾	
Mais valia - Direitos minerários ⁽ⁱⁱ⁾	7.432.600
Tributos diferido sob a mais valia	(2.527.084)
<i>Goodwill</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.527.084

- (i) Conforme laudo de avaliação preparado por avaliadores externos especializados.
- (ii) A mais valia será amortizada por 38 anos, equivalente ao tempo estimado de exaustão das respectivas minas.
- (iii) Embora a Companhia tenha alocado todo o ágio para Direitos Minerários, foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferido referente a mais valia e, de acordo com a IAS 12.19/CPC 32.19 *Income Taxes*, um *goodwill* deve ser registrado, sendo composto mesmo valor do diferido.

O *goodwill* gerado na aquisição das ações da Vale faz parte de uma unidade geradora de caixa (“UGC”) que é o próprio investimento na Vale. Uma vez que se refere a um investimento em coligada, o valor do passivo fiscal diferido já faz parte do saldo contábil do investimento, tanto nas demonstrações financeiras individuais, como nas demonstrações consolidadas. Dessa forma, para efeitos do teste de *impairment*, o saldo referente a *goodwill* encontra-se líquido do passivo fiscal diferido referente às mais-valias e compõe o grupo de investimento em seu saldo contábil reconhecido conforme IAS 28, em base líquida.

O ajuste decorrente da avaliação pelo método de equivalência patrimonial é demonstrado conforme números abaixo:

Empresa	Quantidade ações totais	Patrimônio líquido Vale S.A	Quantidade ações possuídas	Participação Cosan Oito ⁽ⁱ⁾	Equivalência patrimonial	Total do investimento em 31 de dezembro de 2023
Vale S.A	4.539.007.580	190.965.062	210.866.700	4,90%	96.075	15.662.485

- (i) Percentual de participação excluindo ações em tesouraria para cálculo de equivalência patrimonial. Participação da Companhia sob as ações totais é de 4,65% em 31 de dezembro de 2023.

Premissas para avaliação do valor justo dos ativos e passivos

Dado que não há o controle sobre a Vale, nos deparamos com certas dificuldades para acessar informações da empresa. A Vale, visando manter a igualdade de informações para todos os seus acionistas, não compartilha dados financeiros que não sejam de conhecimento público, incluindo detalhes adicionais sobre suas operações. Portanto, recorreremos às informações públicas disponíveis em 31 de dezembro de 2023 para realizar análises e apoiar a determinação do valor justo dos ativos e passivos identificados na alocação do preço pago. Essas informações estão de acordo com as demonstrações financeiras divulgadas ao mercado em 22 de fevereiro de 2024 e foram devidamente auditadas por um auditor independente.

A metodologia utilizada para avaliação foi a do fluxo de caixa descontado.

Taxa de desconto

Para cálculo do custo de capital próprio da Vale, foi utilizado a metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), que tem como objetivo avaliar se uma ação é valorizada quando seu risco e o valor do dinheiro no tempo são comparados a seu retorno esperado.

Como taxa livre de risco, foi considerada a taxa de retorno média de 2 anos, com observações diárias do Títulos do Tesouro dos Estados Unidos de 30 anos ("T-Bond") em 30 de novembro de 2023, correspondendo a 3.50%, chegando a um *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC") entre 10% e 13%.

Identificação dos ativos intangíveis

Marca: A Vale é reconhecida no mercado como uma das principais empresas no setor de commodities. No entanto, a empresa se dedica à produção e venda de commodities minerais, um segmento altamente competitivo e focado em custos. As commodities são produtos básicos cujos preços são determinados pelo mercado internacional, indiferenciados em relação ao fornecedor, produzidos em grande escala e sem distinção entre si. Portanto, concluímos que a marca da Vale não oferece um diferencial significativo em suas operações que justifique sua inclusão na alocação do valor pago.

Relacionamento com clientes: Os clientes de uma empresa de mineração são, em sua maioria, indústrias que procuram matérias-primas baseando-se principalmente no preço, e não na relação com o fornecedor. Devido às características dos produtos, as receitas provenientes de contratos com clientes podem ser facilmente substituídas. A Vale, assim como outros participantes do mercado de *commodities*, tem acesso amplo a compradores, tanto locais quanto internacionais, e não depende de relacionamentos ou fidelização de clientes para comercializar sua produção. Neste segmento, os contratos são estabelecidos para definir condições de entrega, pagamento e especificações técnicas, mas os preços são determinados pelo mercado internacional. As referências de preço internacional comumente utilizadas são a *London Metal Exchange* ("LME") e a *Commodities Exchange* ("COMEX").

Portanto, independentemente da regularidade do fornecimento, a Companhia entende que os atuais clientes da Vale não representam um ativo que confere uma vantagem competitiva significativa e, por isso, não são considerados um intangível a ser avaliado.

Ativos minerários: Se refere ao direito exclusivo de exploração dos direitos minerários das minas de ferro, níquel e cobre, operadas pela Vale. Sem esses direitos, a Vale não poderia realizar suas operações. A vida útil desses direitos é determinada pela exaustão das reservas minerais, sendo assim, eles foram considerados em nossas avaliações para a determinação do valor a ser alocado.

A alocação do valor do ativo minerário foi realizada pela diferença do valor disponível a ser alocado, pois qualquer valor remanescente deveria aumentar o valor deste ativo. Para o período projetado, a vida útil econômica dos direitos minerários acompanha a exaustão das reservas das minas por unidade de negócio. As projeções foram realizadas considerando a divisão por unidade de negócio, alinhadas com as divulgações financeiras da Vale para o mercado de seus números por unidade de negócio. Essas unidades de negócio são: (i) Minerais Ferrosos, (ii) Metais para Transição Energética, e (iii) Demais Negócios.

Adicionalmente, ao longo de 2023, a Companhia realizou diversas antecipações de pagamentos das dívidas 4131 com as instituições financeiras JP Morgan e Citibank, assim como a alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale em 18 de dezembro equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*. Estas transações acarretaram o aumento de sua participação direta em 31 de dezembro de 2023 para 2,45%, e participação total de 4,65% sob o total de ações da companhia, o que está em linha com sua estratégia de passar a enxergar a companhia como um investimento em coligadas, vide nota 1.1 (b). Adicionalmente, em 19 de abril de 2024 a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos *collar*.

a) Ativos adquiridos

A Companhia realizou os seguintes investimentos na Vale: (a) aquisição de ações no mercado à vista e (b) compra por meio de operação privada com proteção parcial via derivativos (*collar*), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Inception date		Saldo em 30 de novembro de 2023 ⁽ⁱ⁾	
	%	Valor	%	Valor
Participação direta	1,47%	4.918.245	2,45%	8.220.927
Participação <i>Collarizada</i>	3,14%	11.117.824	2,40%	8.053.154
	4,61%	16.036.069	4,85%	16.274.081

- (i) A partir de 01 de dezembro de 2023, por conta da obtenção da influência significativa, a Companhia reclassificou sua participação de investimento financeiro para investimento em coligadas.

b) Dívidas contraídas e antecipações parciais

Foram contratados os seguintes empréstimos para aquisição dos ativos, juntamente com os bancos abaixo:

Credor	Valor principal ⁽ⁱⁱ⁾	Vencimentos	Moeda ⁽ⁱ⁾	Taxa juros anual ⁽ⁱ⁾
JP Morgan S.A.	789.659	out-24	Euro	2,95%
JP Morgan S.A.	1.825.467	out-25	Euro	3,20%
JP Morgan S.A.	1.785.329	out-26	Euro	3,40%
JP Morgan S.A.	741.320	out-27	Euro	3,56%
Citibank S.A.	526.443	out-24	lenc	0,25%
Citibank S.A.	1.216.939	out-25	lenc	0,25%
Citibank S.A.	1.190.274	out-26	lenc	0,25%
Citibank S.A.	494.199	out-27	lenc	0,25%
Total	8.569.630			

- (i) Foram contratadas dívidas (Resolução 4131) nas moedas especificadas acima com 4 vencimentos com valores pré-fixados e que foram contratados instrumentos financeiros derivativos com CDI mais equivalente 0,45%.
- (ii) Conforme demonstrado no quadro abaixo, desde agosto de 2023, a Companhia efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

Data base	Participação Cosan			Liquidação dívidas Efeito caixa		Ganho/Perda liquidação Collar Financing
	Direta	Collarizada	Total ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Principal	Juros	
<i>Inception date</i> (Outubro/2022)	1,47%	3,14%	4,61%	8.569.630	—	—
Agosto de 2023	1,65%	3,21%	4,85%	(275.866)	(4.878)	28.961
Outubro de 2023	1,75%	3,11%	4,85%	(252.540)	(624)	28.009
Novembro de 2023	2,45%	2,40%	4,85%	(1.844.022)	(41.355)	30.525
Dezembro de 2023 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2,45%	2,20%	4,65%	(561.259)	(14.047)	29.487
Janeiro de 2024 ⁽ⁱ⁾	2,62%	2,03%	4,65%	(1.698.606)	(49.773)	188.140
Fevereiro de 2024 ⁽ⁱ⁾	3,91%	0,74%	4,65%	(2.067.956)	(63.689)	303.431
Abril de 2024 ^{(i)/(iv)}	3,91%	—	3,91%	(1.918.773)	(65.880)	331.116

- (i) Liquidação realizada após o fechamento do exercício de 2023, sendo tratada como evento subsequente.
- (ii) Em 18 de dezembro de 2023, foi realizada a liquidação antecipada de dívidas, derivativos e alienação permanente de 9,5 milhões de ações da Vale equivalente à participação de 0,21% do total de ações da referida companhia na estrutura do *Collar Financing*, o que resultou em um efeito caixa positivo de R\$68.573.
- (iii) Participação da Companhia sob as ações totais da Vale.
- (iv) Em 19 de abril de 2024, a Companhia efetuou a alienação de mais 33.525 milhões de ações equivalente à participação de 0,74% do total de ações na estrutura do *Collar Financing*, juntamente com a liquidação antecipada do restante da dívida. Com esta última antecipação de pagamentos a Companhia liquidou 100% das dívidas atreladas à operação e derivativos *collar*, passando a deter apenas participação direta na Vale.

c) Derivativos contratados

Para proteção referente a aquisição da participação de 3,14% foram contratados derivativos consistindo em uma combinação de *call* e *put* (*Collar*). Adicionalmente, foram contratados: (i) opção a Termo (*forward*) que dá direito de aquisição de 1,60% da Vale (opcionalidade) e; (ii) derivativos consistindo em uma combinação de posições de *call* e *put* (*collar* sintético).

Os derivativos *collar* e *collar* sintético protegem a Companhia da desvalorização do valor das ações abaixo dos strikes das *puts*, ao mesmo tempo, permitem que a Cosan Oito participe parcialmente de aumentos futuros no valor das ações limitados aos strikes das *calls*.

Descrição	Inception Date		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	%	Valor (pago)/recebido	% ⁽ⁱ⁾	Valor justo
<i>Collar</i>	3,14%	499.197	2,20%	89.401
<i>Call Spread</i> ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1,60%	(888.612)	1,60%	562.435
<i>Forward</i>		(1.134.933)		366.296
<i>Collar</i> sintético		246.321		196.139
Total		(389.415)		651.836

- (i) Redução do percentual de participação via operação de *collar* devido às liquidações que ocorreram ao longo de 2023, o que resultaram em um ganho financeiro de R\$116.982. Conforme demonstrado no item (b) acima, a até o mês de abril de 2024 a Companhia efetuou a liquidação de 100% dos derivativos de *Collar*, restante em aberto apenas os derivativos de *Call Spread*.
- (ii) Em 08 de maio de 2024, a Companhia efetuou a liquidação da tranche de 2024 da estrutura de *call spread*, na qual obteve um ganho de entrada de caixa de R\$ 14.499.174, passando a deter a opcionalidade de 1,35% .

e) **Resumo do efeito contábil dos eventos mencionados nos tópicos anteriores**

Abaixo um resumo do efeito contábil dos eventos mencionados acima:

	Nota	Ativo financeiro	Investimento em subsidiárias e associadas	Dívidas contraídas ^(vi)	Derivativos			Dividendos a receber, líquido
					Collar ⁽ⁱ⁾	Collar Sintético ⁽ⁱⁱ⁾	Forward ⁽ⁱⁱ⁾	
Saldo em 1º de janeiro de 2023		19.586.193	—	(8.669.794)	(2.840.544)	(1.237.907)	1.954.493	22.842
- Impactos no resultado do exercício								
Marcação a mercado das ações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11	(3.312.112)	—	—	—	—	—	—
Juros e variação monetária e cambial (<i>accrua</i>)	11	—	—	599.515	—	—	—	—
Dividendos declarados pela Vale ^(viii)	10	—	—	—	—	—	—	1.339.340
Custos de operações bancárias com derivativos	11	—	—	—	—	—	—	(554.998)
Marcação a mercado dos derivativos	11	—	—	(2.120.184)	3.046.926	1.434.046	(1.588.197)	—
Resultado com equivalência patrimonial		—	96.075	—	—	—	—	—
Custo da venda de participação societária ^(ix)		—	(701.575)	—	—	—	—	—
- Impactos no fluxo de caixa - (recebimento) / pagamento								
Dividendos pagos aos minoritário da Cosan Nove e Dez		—	—	—	—	—	—	—
Dividendos (recebidos) da Vale ^(iv)		—	—	—	—	—	—	(1.305.410)
Custos de operações bancárias com derivativos ^(v)		—	—	—	—	—	—	586.855
Pagamento parcial de empréstimos		—	—	2.994.592	—	—	—	—
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	424.192	—	—	—	—
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	—	(116.981)	—	—	—
- Movimentos de balanço								
Dividendos a pagar minoritários referente estrutura de emissão de ações preferenciais		—	—	—	—	—	—	—
Imposto de renda retido na fonte		—	—	—	—	—	—	(88.629)
Equivalência patrimonial de reservas e outros resultados abrangentes		—	(6.096)	—	—	—	—	—
Transferência para investimento em coligadas 1.1		(16.274.081)	16.274.081	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023		—	15.662.485	(6.771.679)	89.401	196.139	366.296	—

- (i) *Collar* contratado para proteção de 3,21% das ações adquiridas.
- (ii) *Forward* e *collar* sintéticos contratados para o direito de aquisição e proteção, respectivamente, de 1,65% de ações da Vale.
- (iii) Marcação a mercado composta por:
 - a) 2,45% de participação das ações adquiridas a vista totalizando R\$1.669.686; e
 - b) 2,41% de participação das ações com proteção *Collar* totalizando R\$1.642.426.
- (iv) O saldo recebido de dividendos é composto por R\$1.250.712 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R\$54.698 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022.
- (v) O saldo pago de custos de operações bancárias com derivativos é composto por R\$554.998 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R\$31.857 referente ao valor provisionado em 31 de dezembro de 2022.
- (vi) Inclui também derivativos contratados (NDF) para proteção de câmbio e juros.
- (vii) O Conselho de Administração da Vale aprovou, em 27 de julho de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") no valor total bruto de R\$8.276.501, correspondente ao valor total de R\$1,917008992 por ação, apurados conforme o seu balanço de 30 de junho de 2023. Em 26 de outubro de 2023, também foi aprovada a remuneração aos acionistas no valor de R\$10.033. Desse montante, R\$6.738 milhões é referente a dividendos correspondente ao valor total de R\$1,565890809 por ação e R\$3.295 referente a juros sobre o capital próprio ("JCP") correspondente ao valor total de R\$0,765770758 por ação como juros sobre o capital próprio.
- (viii) Após a obtenção de influência significativa, conforme descrito no item 1.1 acima, a Companhia não terá mais o seu resultado impactado por distribuição de dividendos, pois o investimento agora é atualizado pelo método de equivalência patrimonial.
- (ix) O montante da receita relacionada ao custo mencionado nesse item foi de R\$699.929.

2 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 29 de abril de 2024.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO E MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

A tabela a seguir apresenta a taxa de câmbio, expressa em reais para os exercícios indicados, conforme informado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”):

Moeda	31/12/2023
Euro (€)	R\$5,35
Iene (¥)	R\$0,03

3.2 USO DE JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 1.1** – Participação societária na Vale S.A.
- **Nota 9** – Imposto de renda e contribuição social
- **Nota 4.6** - Mensuração de valor justo reconhecido

4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contábil:

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	374.979	3.133
Outros ativos financeiros		—	22.840
		374.979	25.973
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	4.2	25.002	19.586.192
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	651.837	1.476.739
		676.839	21.062.931
Total		1.051.818	21.088.904
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	4.3	(5.835.841)	(9.429.947)
Pagáveis a partes relacionadas	4.5	—	(6.742)
Dividendos a pagar		—	(124.161)
		(5.835.841)	(9.560.850)
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	(935.839)	—
		(935.839)	—
Total		(6.771.680)	(9.560.850)

4.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	31	28
Conta remunerada	10	—
Aplicações financeiras	374.938	3.105
	374.979	3.133

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	59.058	—
	59.058	—
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	315.880	3.105
	315.880	3.105
	374.938	3.105

As aplicações financeiras *onshore* da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 100% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário, ou “CDI”), em 31 de dezembro de 2023.

4.2 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários		
Investimento financeiro em entidades listadas ⁽ⁱ⁾	—	19.586.192
Ativos financeiros patrimoniais ⁽ⁱⁱ⁾	25.002	—
	25.002	19.586.192
Circulante	25.002	—
Não circulante	—	19.586.192
Total	25.002	19.586.192

- (i) Após a obtenção de influência significativa na Vale S.A, os saldos do ativo financeiros foram transferidos para investimentos em subsidiárias e associadas. Veja mais detalhes na nota 1.1.
- (ii) Os títulos de dívida soberana declararam juros ligados ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou “SELIC”, com a rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI.

4.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil:

Inicialmente são mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

a) Composição

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa de juros				
Com garantia						
Resolução 4131	Pré-fixado	2,95%	—	868.367	out/2024	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	—	578.708	out/2024	Investimentos
	Pré-fixado	3,20%	860.658	2.009.452	out/2025	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	602.487	1.338.697	out/2025	Investimentos
	Pré-fixado	3,40%	1.954.022	1.966.061	out/2026	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	1.135.226	1.309.330	out/2026	Investimentos
	Pré-fixado	3,56%	812.497	816.172	out/2027	Investimentos
	Pré-fixado	0,25%	470.951	543.160	out/2027	Investimentos
Total			5.835.841	9.429.947		
Circulante			—	—		
Não circulante			5.835.841	9.429.947		

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 4.4.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e TJLP de 6,55% a.a. (7,20% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Os empréstimos e financiamentos que estão classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
1 a 2 anos	1.463.146	1.444.494
2 a 3 anos	3.089.248	3.348.498
3 a 4 anos	1.283.447	3.276.298
4 a 5 anos	—	1.360.657
	<u>5.835.841</u>	<u>9.429.947</u>

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos são denominados nas seguintes moedas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Euro	3.627.177	5.660.053
Iene	2.208.664	3.769.894
	<u>5.835.841</u>	<u>9.429.947</u>

Todas as dívidas com data de vencimento denominadas em euros e ienes, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 4.4), exceto para bônus perpétuos.

b) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>—</u>
Captação	8.569.660
Juros, variação cambial e valor justo	860.287
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>9.429.947</u>
Amortização de principal	(2.933.686)
Pagamento de juros	(60.906)
Juros, variação cambial e valor justo	(599.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>5.835.841</u>

Desde agosto de 2023, a Companhia efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

c) Garantias

A Companhia possui garantias com as instituições bancárias referente à transação descrita na Nota 1.1.

d) Valor justo e exposição ao risco financeiro

O valor justo dos empréstimos é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 4.6) devido ao uso de dados não observáveis, incluindo o risco de crédito próprio.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na Nota 4.6.

4.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como:

i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou

ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não circulante quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

A Companhia mensurou e classificou os ativos financeiros patrimoniais pelo valor justo por meio do resultado, observado pelo valor das ações da Vale no mercado. O *equity forward* também foi mensurado e classificado pelo valor justo por meio do resultado, observando o modelo de precificação *Black & Scholes*, que usa o preço da ação e a volatilidade da ação subjacente, bem como as taxas de juros como parâmetros de entrada significativos.

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de termo (juros e câmbio)	8.859.122	12.811.427	(935.838)	760.153
	8.859.122	12.811.427	(935.838)	760.153
Risco de preço de ação				
<i>Call Spread</i> ⁽ⁱ⁾	5.594.212	5.594.212	366.296	1.954.494
<i>Collar</i> (Ações Vale) ^{(i) (ii)}	13.114.720	16.931.662	285.540	(4.078.452)
	18.708.932	22.525.874	651.836	(2.123.958)
Total dos instrumentos financeiros			(284.002)	(1.363.805)
Ativo circulante			96.764	716.586
Ativo não circulante			555.073	760.153
Passivo não circulante			(935.839)	(2.840.544)
Total			(284.002)	(1.363.805)

(i) A Companhia contratou derivativos para proteção da exposição das variações do preço das ações da Vale, conforme descrito na Nota 1.1.

(ii) Desde agosto de 2023, a Companhia efetuou diversas liquidações parciais das dívidas listadas acima e concluiu a liquidação de 100% do saldo em abril de 2024 juntamente com a operação de derivativos do *collar financing*.

Os instrumentos financeiros derivativos de dívidas, são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

4.5 PARTES RELACIONADAS

Política contábil:

As operações envolvendo partes relacionadas foram realizadas conforme condições contratuais previamente acordadas. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a pagar com partes relacionadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante		
Operações financeiras e societárias		
Cosan S.A	—	6.742
	<u>—</u>	<u>6.742</u>
Pagáveis a partes relacionadas	<u>—</u>	<u>6.742</u>

Gastos com emissões de ações e despesas pagas pela Cosan S.A. que foram reembolsadas pela Companhia.

b) Remuneração dos administradores e diretores

A Companhia não possui quadro de funcionários e não há planos de remuneração de pessoal chave da administração.

4.6 MENSURAÇÃO DE VALOR JUSTO RECONHECIDO

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para *swaps* usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. uso de preços de mercado cotados;
- ii. valor justo é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de juros construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para esse fim ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e de sua contraparte; este é calculado com base nos spreads de crédito derivados do swap de inadimplência de crédito atual; e
- iii. para outros instrumentos financeiros, analisamos o fluxo de caixa descontado.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos são os seguintes:

	Nota	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	
				Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos							
Títulos e valores mobiliários	4.2	25.002	19.586.192	—	25.002	19.586.192	—
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	651.837	1.476.739	—	651.837	—	1.476.739
Total		676.839	21.062.931	—	676.839	19.586.192	1.476.739
Passivos							
Instrumentos financeiros derivativos	4.4	(935.839)	(2.840.544)	—	(935.839)	—	(2.840.544)
Total		(935.839)	(2.840.544)	—	(935.839)	—	(2.840.544)

4.7 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição	Mensuração	Gestão
Risco de mercado – câmbio	i. Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	i. Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos.	Análise de sensibilidade	Swap de taxa de juros
Risco de mercado – preço	i. Investimento em valores mobiliários	i. Análise de sensibilidade	i. Derivativo de proteção para valorização e desvalorização das ações
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, e dividendos	i. Análise por vencimento ii. Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito

O Conselho de Administração fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as que possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para

troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os créditos de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes definidas pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em euros e iene:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.835.841)	(9.429.947)
Instrumentos financeiros derivativos	(935.839)	760.153
Exposição cambial, líquida	<u>(6.771.680)</u>	<u>(8.669.794)</u>

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, efetuadas por terceiro especializado, no vencimento das transações para as empresas com moeda funcional reais (positiva e negativa, antes dos efeitos fiscais), conforme segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa cambial	(83.516)	(338.355)	(593.193)	171.323	426.161
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta cambial	(521.933)	(1.079.648)	(2.092.028)	1.042.821	2.085.315
Impactos no resultado		(605.449)	(1.418.003)	(2.685.221)	1.214.144	2.511.476

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários de variação			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	5.896	7.370	8.844	4.422	2.948
Títulos e valores mobiliários	2.496	3.120	3.744	1.872	1.248
Impactos no resultado	8.392	10.490	12.588	6.294	4.196

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil ("BACEN"), como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%

iii. Risco de preço

Opções

Utilizamos instrumentos financeiros derivativos ora chamados opções para limitar a nossa exposição as variações do valor das ações de Vale objeto de opção de compra. A metodologia empregada e amplamente aceita para calcular o valor justo das opções é baseada no modelo de precificação de Black & Scholes. Os valores calculados na análise de sensibilidade da estrutura mencionada refletem os impactos dos valores intrínsecos das opções conforme valorização ou desvalorização das ações.

Instrumento	Participação	Cenários				
		Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
VALE3 (Collar) ⁽ⁱ⁾	2,20%	7.788.856	8.158.058	8.434.888	7.361.797	7.006.051
VALE3 (Call Spread)	1,60%	563.903	826.670	1.004.452	272.147	72.611

- (i) Conforme mencionado na nota 1.1 (c) dos 100% dos derivativos Collar foram liquidados em abril de 2024.

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos das contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	374.979	3.133
Títulos e valores mobiliários	25.002	—
Instrumentos financeiros derivativos	651.837	1.476.739
Outros ativos financeiros	—	22.840
	<u>1.051.818</u>	<u>1.502.712</u>

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos e outros investimentos em bancos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
AAA	<u>1.051.818</u>	<u>1.479.872</u>
	<u>1.051.818</u>	<u>1.479.872</u>

c) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				Total	31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	—	(1.463.622)	(4.375.136)	—	(5.838.758)	(9.394.104)
Pagáveis a partes relacionadas	—	—	—	—	—	(6.742)
Dividendos a pagar	—	—	—	—	—	(124.161)
Instrumentos financeiros derivativos	96.109	20.697	(252.331)	(153.846)	(289.371)	760.153
	96.109	(1.442.925)	(4.627.467)	(153.846)	(6.128.129)	(8.764.854)

d) Risco de gestão de capital

A política da Companhia é manter uma base de capital sólida para promover a confiança dos seus credores e do mercado, e para assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre capital, que é definido pela Companhia como o resultado das suas atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido, para que seja adequado ao seu negócio.

5 INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Política contábil:

i. Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

ii. Investimentos em coligadas com influência significativa

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a companhia realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa.

As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (*impairment*).

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

a) Associada da Companhia

Em 30 de novembro de 2023, por meio da controlada Cosan Oito, a Companhia obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Vale, quando o membro indicado pela Cosan para o Conselho da Vale pôde participar dos processos de formulação de políticas, incluindo decisões sobre dividendos e outras distribuições. Assim, a partir desta data, a Cosan passou a considerar a Vale como uma empresa coligada e com influência significativa, registrando o investimento por patrimônio líquido conforme CPC 18/IAS 28, conforme mencionado na nota 1.1 (b).

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Juntamente com suas subsidiárias, é uma das maiores produtoras de minério de ferro e níquel do mundo, produzindo também minério de ferro e pelotas de cobre.

A Companhia possui participação conforme demonstrada abaixo:

	Vale S.A.
Ações de emissão da investida	4.539.007.580
Ações em tesouraria da investida	239.153.280
Ações detidas pela Cosan	210.866.700
Participação na Cosan	4,90%
Participação acionária da Cosan (total de ações)	4,65%
Preço de mercado em 31 de dezembro de 2023	73,89
Valor justo conforme mercado cotado	15.580.940
Dividendos recebidos ⁽ⁱ⁾	1.305.410

(i) Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos antes de obter influência significativa.

Abaixo apresentamos a movimentação do saldo de investimento:

Saldo em 1º de janeiro de 2023	—
Reclassificação de ativo financeiro	16.274.081
Resultado de equivalência patrimonial	96.075
Outros ⁽ⁱ⁾	(707.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.662.485

- (i) O saldo de outros é composto principalmente pelo custo das ações vendidas da Vale S.A. no valor de R\$701.575.

b) Informações financeiras de associadas

As informações financeiras resumidas apresentadas a seguir refletem os ajustes de valor justo efetuados pela Companhia no momento da aquisição de influência significativa.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Ativo circulante	71.488.000
Ativo não circulante mantido para venda	19.041.000
Ativo não circulante	559.608.737
Passivo circulante	69.424.316
Passivos destinados a venda	2.714.000
Passivo não circulante	234.756.474
Receita	208.066.000
Outros resultados abrangentes	(2.467.000)
Total do resultado abrangente	38.087.000
Patrimônio líquido	182.063.000
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Valor contábil do investimento da Cosan	8.961.087

	Método de equivalência patrimonial no período de um mês ⁽ⁱ⁾
Lucro do período de um mês	2.189.734
Participação da Cosan no patrimônio líquido	4,90%
Participação da Cosan no período de um mês	107.297
Amortização de ajustes de valor justo	(11.222)
Total da equivalência patrimonial	96.075

- (i) Resultado de equivalência patrimonial referente ao período de um mês, uma vez que a Companhia obteve influência significativa na Vale em 30 de novembro de 2023.

6 TRIBUTOS A PAGAR

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	113	146.897
PIS	18	24.138
IOF	123	—
	<u>254</u>	<u>171.035</u>
Circulante	<u>254</u>	<u>171.035</u>
	<u>254</u>	<u>171.035</u>

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto para algumas transações que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores usados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, usando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. A recuperabilidade do ativo fiscal diferido depende de projeções de lucros tributáveis. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A Companhia está comprometida com as boas práticas fiscais, cumprindo com o espírito e letra das leis e regulamentos dos países onde realizam negócios. Comprometem-se, ainda, com a prática de preços de transferência que respeitem os princípios da plena concorrência e as regras definidas pelas legislações fiscais das jurisdições onde operam, com transparência das operações, ética comercial e não se valendo de quaisquer práticas que impliquem redução artificial de tributação.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(960.017)	792.096
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	326.406	(269.313)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	32.666	—
Receita de dividendos	254.260	—
Selic sobre indébito	326	—
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	613.658	(269.313)
Taxa efetiva - %	63,92%	34,00%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	117.024	3.667
Base negativa de contribuição social	42.129	1.320
Diferenças temporárias		
Variação cambial - Empréstimos e Financiamentos	33.552	280.510
Diferenças temporárias	103	—
Resultado não realizado com derivativos	228.974	596.107
Total	421.782	881.604
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Títulos e valores mobiliários	(77.437)	(1.150.916)
Total	(77.437)	(1.150.916)
Total de tributos diferidos registrados	344.345	(269.312)
Diferido ativo	344.345	4.987
Diferido passivo	—	(274.299)
Total diferido, líquido	344.345	(269.312)

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável e do planejamento estratégico de longo prazo. O IR diferido ativo será recuperado em até 5 anos, mediante o resultado de alienação parcial das ações, combinado com liquidação de derivativos, e com o fluxo de receita de JCP da Vale S.A.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO:

	Prejuízo fiscal e base negativa	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Creditado / cobrado do resultado do exercício	4.987	596.107	280.510	881.604
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.987	596.107	280.510	881.604
Creditado / cobrado do resultado do exercício	154.166	(367.133)	(324.292)	(537.259)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	159.153	228.974	(43.782)	344.345

PASSIVO:

	Títulos e Valores Mobiliários	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	—	—
Creditado / cobrado do resultado do exercício	(1.150.916)	(1.150.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.150.916)	(1.150.916)
Creditado / cobrado do resultado do exercício	1.150.916	1.150.916
Saldo em 31 de dezembro de 2023	—	—

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil:

a. Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

b. Reserva de capital

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a reserva de capital é a contribuição do subscritor de ações, cujo valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias, podendo ser utilizada para absorver prejuízos, i) quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, exceto no caso da existência de lucros acumulados e de reservas de lucros, quando os prejuízos serão absorvidos primeiramente por essas contas; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

e. Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

a) Capital social

O capital subscrito da Companhia é de R\$8.194.005 (R\$7.860.005 em 31 de dezembro de 2022), inteiramente integralizado, representando por 8.194.006 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 24 de janeiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.000.

Em 27 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$330.000.

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2023 houve o montante de R\$2.382.500 como adiantamento para futuro aumento de capital social ("AFAC"). A Companhia convocará uma Assembleia Geral Extraordinária para capitalizar o saldo e converter proporcionalmente os créditos em ações de emissão da Cosan Oito e concluir o aumento de Capital.

Acionistas	ON	%
Cosan S.A.	8.194.004	100,00
Barrapar	1	-
Total	8.194.005	100,00

b) Destinação do lucro líquido do exercício

No ano de 2023 a Companhia teve um prejuízo de R\$346.359 e, portanto, não houve distribuição de resultados.

c) Outros resultados abrangentes

	31/12/2023
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	7.400
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	30.121
Perdas atuariais de plano de benefícios definido	(26.291)
Total	11.230

9 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com dividendos ⁽ⁱ⁾	1.339.340	64.350
Outros	(56.362)	(37.809)
	1.282.978	26.541

- (i) Receita com dividendos recebidos da Vale durante 2023. Devido a obtenção de influência significativa em 30 de Novembro de 2023, a partir desta data o impacto dos dividendos passarão a afetar a linha de investimento.

10 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária ⁽ⁱ⁾	(136.100)	(41.505)
Variação cambial líquida sobre dívidas ⁽ⁱ⁾	732.765	(825.027)
Resultado com derivativos e valor justo ^{(ii) (iii)}	217.742	(1.753.257)
Amortização do gasto de captação	(3.300)	(525)
	811.107	(2.620.314)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	(3.142.322)	8.049
Atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas ^(iv)	—	3.385.047
	(3.142.322)	3.393.096
Custo da dívida, líquida	(2.331.215)	772.782
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	568	(374)
Juros sobre outras obrigações	(10.653)	—
Despesas bancárias e outros	2.651	(6.853)
	(7.434)	(7.227)
Resultado financeiro, líquido	(2.338.649)	765.555
Reconciliação		
Despesas financeiras	(3.852.619)	(49.257)
Receitas financeiras	8.465	3.393.096
Variação cambial	732.765	(825.027)
Efeito líquido dos derivativos	772.740	(1.753.257)
Resultado financeiro, líquido	(2.338.649)	765.555

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o valor de juros, variação monetária e variação cambial das dívidas atreladas a operação de compra de ativos da Vale foi de R\$599.515.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, o custo de operações bancárias com derivativos foi de R\$554.998.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023, o resultado com derivativos e valor justo dos papéis atrelados a proteção do investimento em ações da Vale foi de R\$772.591.
- (iv) O saldo bruto de atualização de investimento financeiro sobre entidades listadas sem efeitos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizava uma perda de R\$3.312.112.

11 EVENTOS SUBSEQUENTES

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA VALE S.A.

O Conselho de Administração da Vale aprovou em 22 de fevereiro de 2024 a remuneração dos acionistas no valor de R\$11.721.894. O montante declarado corresponde integralmente a dividendos no valor total de R\$ 2,738548374 reais por ação. O pagamento ocorreu em 19 de março de 2024 e o montante recebido foi de R\$577.469.

UNWIND OPERAÇÕES VALE S.A.

Durante os primeiros meses de 2024 conforme demonstrado na nota 1.1(b), a Companhia efetuou a antecipação das dívidas atreladas a operação da Vale, sendo que, em abril de 2024 foi completada a liquidação de 100% das dívidas, assim como os derivativos de *collar financing* ligados a operação.

UNWIND CALL SPREAD

Em 08 de maio de 2024, a Companhia efetuou a liquidação da tranche de 2024 da estrutura de call spread, na qual obteve um ganho de entrada de caixa de R\$ 14.499.174, passando a deter a opcionalidade de 1,35%.

12 NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

12.1 NORMAS CONTÁBEIS RECENTES ADOTADAS PELA COMPANHIA

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
<p>Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil “As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração” e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.</p>
<p>Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois as estimativas contábeis da Companhia já atendiam à nova definição.</p>
<p>Alterações à IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.</p>	<p>Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois a Companhia já efetuava a segregação do diferido ativo e passivo dos arrendamentos. Quanto aos passivos para desmontagem e remoção, não é aplicável para a Companhia.</p>

<p>Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro</p>	<p>A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 <i>Instrumentos Financeiros</i>.</p>	<p>Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois não é aplicável à Companhia.</p>
<p>Alteração CPC 32 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois</p> <p>Em vigor a partir de 2023</p>	<p>Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais ante erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro").</p> <p>Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32).</p> <p>A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.</p>	<p>A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos trimestres.</p>

12.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
<p>Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale-leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sales and leaseback</i>.</p> <p>Essas alterações não tiveram impacto significativo nas da Companhia, pois não é aplicável para a Companhia.</p>
<p>Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>A alteração na norma traz maiores esclarecimentos para classificação da dívida entre circulante e não circulante que visa o direito de uma entidade diferir a liquidação deve existir na data base, exclusão do requerimento do direito ser incondicional e incluiu o requerimento de ter substância.</p> <p>Também realizou maiores esclarecimentos para passivos com <i>covenants</i> que orienta apenas os <i>covenants</i> que devem cumprir até a data base afetam a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Para <i>covenants</i> após a data base não afetam a classificação do passivo.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não é esperado impactos significativos, uma vez que a classificação entre curto e longo prazo já é realizada dentro das novas definições. Quanto aos <i>covenants</i>, a Companhia monitora constantemente e irá efetuar quaisquer divulgações requeridas, se aplicável.</p>

<p>Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.</p>	<p>As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.</p> <p>Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, porém, não esperamos alterações significativas.</p>
<p>Alterações à norma IAS 21/ CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.</p>	<p>As alterações trazem maiores esclarecimentos sobre uma entidade poder desempenhar atividades no exterior de duas maneiras: (i) realizar transações em moeda estrangeira ou (ii) possuir entidades no exterior. O objetivo da norma é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e como converter as demonstrações contábeis desta entidade em outra moeda.</p> <p>Para dezembro de 2023 a Companhia não efetuou implementação antecipada, mas está avaliando todos os impactos para adoção da norma.</p>
<p>Nova norma contábil – IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Demonstrações financeiras</p> <p>Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.</p>	<p>Essa nova norma visa oferecer aos investidores uma compreensão mais aprofundada do desempenho financeiro das empresas, fornecendo pontos de referência consistentes para suas análises possibilitando assim melhores decisões de investimento.</p> <p>Visto que a norma foi publicada apenas em abril de 2024, para dezembro de 2023 a Companhia não possui impactos. Portanto a Companhia ainda não efetuou a avaliação dos impactos, mas esta será efetuada para os próximos exercícios tendo em visto que a norma entra em vigor em 2027.</p>